



QUANDO AS MENINAS TOMAM A RUA: AS RELAÇÕES DE GÊNERO NO FUTBOL CALLEJERO

Mariana Zuaneti Martins

Osmar Moreira de Souza Júnior

Maurício Mendes Belmonte

RESUMO

Este artigo visa descrever metodologia de Futebol Callejero, surgida na Argentina em 2001, calcada nos princípios da solidariedade, cooperação e respeito, analisando-a a partir do viés das relações de gênero presentes nos discursos de seus participantes e organizadores e nas interações entre meninos e meninas durante suas partidas. Para tanto, realizamos entrevistas abertas individuais e em grupo, com atletas, organizadores e mediadores no I Mundial de Futebol de Rua, realizado em São Paulo, em julho de 2014. Consideramos conseguir atender à cooperação, solidariedade e respeito implica uma ‘desgenerificação’ do futebol, o que acontece como um processo não sem complicações.

PALAVRAS-CHAVE: Fútbol Callejero; Relações de Gênero; Diálogo

INTRODUÇÃO

No atual contexto mundo em que vivemos se torna mister compreender que nossas inserções nas diferentes realizações e afazeres do dia-a-dia se configuram como distintas práticas sociais. Atentos/a à potencialidades destas, lançamos mão de uma investigação acerca dos processos educativos referentes a educação para relação de/entre gêneros. Mais especificamente, aqueles decorrentes da prática do “Fútbol Callejero”, ou “Futebol de Rua” como tem sido traduzido em alguns contextos brasileiro.

A prática do “Fútbol Callejero” (FC) é muito recente, tendo início na província de Buenos Aires – Argentina, no bairro de Moreno, emergindo como um projeto de mobilização social frente às dificuldades sociais que assolavam a Argentina em meados de 2001. Nas palavras de Rossini et. al (2012):

El fútbol callejero fue concebido como una respuesta a las tantas crisis que afectan y atraviesan el “ser joven” en América Latina. Fútbol, para atraer la atención y vincular a los participantes desde una experiencia que recogiera sus intereses y gustos (p. 12).

A metodologia do FC possibilita oportunizar processos educativos para uma postura dialógica frente ao mundo, estimulando seus participantes à dialogarem para resolução de



conflitos, para a tomada de decisão, para produção de conhecimento e de novas culturas. Uma vez que o sistema social global, capitalista lançam olhares para a população juvenil meramente enquanto consumidores. Esta percepção tem balizado as críticas de Rossini et. al (2012):

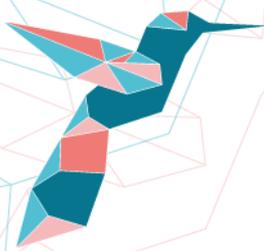
En estos tiempos donde las juventudes son desvalorizadas y deslegitimadas cada vez más por los discursos hegemónicos, interpelados casi exclusivamente como consumidores o usuarios, y muy escasamente como ciudadanos; el Fútbol Callejero los y las invita a recuperar su voz, a reconocer su potencial y protagonizar sus vida desde una perspectiva emancipatória. El Fútbol Callejero los invita a ser ciudadanos de sus comunidades y de este mundo, a contraponerse a la exclusión y la injusticia. Y nos invita, a todos y todas, a luchar por nuestro derecho a vivir una vida digna (p. 15).

As partidas de FC são compostas por três tempos, disputadas por equipes necessariamente integradas por homens e mulheres e prescindindo da figura do árbitro, de modo que todas as decisões acerca de regras, situações de jogo, duração e dinâmica da partida sejam tomadas pelos jogadores sob a supervisão de um mediador.

O 1º Tempo é caracterizado pela realização de uma roda inicial, com o intuito de acordar entre as equipes as regras que prevalecerão no jogo e pela indicação de um mediador, que nesse momento apenas toma nota dos acordos firmados pelas equipes. A etapa seguinte é a realização do 2º Tempo com o desenvolvimento de um jogo balizado pelas regras que foram firmadas anteriormente. Neste momento o mediador deverá apenas observar o jogo e fazer anotações daquilo que dialogue diretamente com as regras.

Por fim, temos o 3º Tempo, ou a Mediação, em que é formada uma roda final para diálogo acerca das situações e atitudes manifestadas durante o jogo. O mediador assume uma importância angular neste momento da partida ao problematizar algumas situações observadas no jogo a partir de um posicionamento imparcial, com vistas a estimular os participantes a exporem e defenderem seus pontos de vista acerca das situações vivenciadas durante a partida.

A contabilização dos pontos é realizada pelo mediador junto com os/as jogadores/as a partir da análise do número de gols, bem como à luz dos princípios fundantes do FC: solidariedade (relação solidária com os jogadores da equipe adversária), respeito (respeito aos acordos e regras estabelecidas no 1º Tempo) e cooperação (atitudes cooperativas entre os jogadores de uma mesma equipe). O término de uma partida é marcado pelo acordo entre os



participantes acerca do resultado final, possibilitando a emersão de um censo de justiça compartilhado entre todos/as envolvidos/as.

Ao estimular a prática do diálogo o FC encontra ressonância com a “perspectiva dialógica” (FREIRE, 2003). Na busca por compreender a realidade que nos circunda, o diálogo assume papel angular. Na educação libertadora o diálogo é mais do que uma conversa, mais que um falar “para” o/a outro/a. Ele se apresenta como o princípio fundante para a leitura da realidade na qual homens e mulheres, num encontro intersubjetivo, comunicam o mundo que compartilham e (com)vivem.

Com vistas a superar situações de opressão grande importância é atribuída ao papel da conscientização da população através de práticas educativas libertadoras. Contudo, para que a educação seja efetivamente libertadora, é preciso que ocorra a contextualização de tal prática, emergente da concretude de sua própria cultura. A partir deste ponto de vista, identificamos que algumas práticas esportivas possui um forte caráter generificador, ou seja, é fortemente marcado e dissipador de valores sexistas que reiteram uma perspectiva excludente e opressora. No caso do futebol tradicional e de alto rendimento, percebemos que toda a sociedade tem sido prejudicada com a exclusão e marginalização das mulheres no cenário do esportivo.

Tendo em vista a originalidade e singularidade da proposta da metodologia do Futebol Callejero, objetivamos neste artigo descrever tal metodologia, analisando a complexidade envolvida na atenção aos pilares fundantes da mesma, a partir do viés das relações de gênero presentes nos discursos de seus participantes e organizadores e nas interações entre meninos e meninas durante suas partidas.

Para tanto, realizamos entrevistas abertas individuais e em grupo com jovens, mulheres e homens, participantes do I Mundial de Futebol Callejero, realizado em Julho de 2014, em São Paulo. Tais participantes entrevistados eram de vários países e se contemplavam atletas, mediadores, apoiadores e organizadores. As entrevistas foram gravadas em áudio e vídeo. Nelas perguntávamos sobre o modo de engajamentos ao projeto, como funcionava, as percepções sobre o impacto do projeto na vida deles, como se relacionavam com as regras criadas, sobre as diferenças entre gêneros, dentre outras questões. Além disso, realizamos a observação das partidas e das mediações deste campeonato, registradas em vídeo e em áudio. Ao final de cada dia de observação, registrávamos nossas



impressões em um Diário de Campo (DC), descrevendo as situações que havíamos presenciado e que seriam relevantes para a pesquisa.

IMPLICAÇÕES DO MARCADOR DE GÊNERO PARA A PRÁTICA DO FÚTBOL CALLEJERO

Ao olhar para as práticas esportivas, é necessário compreender que as mesmas são perpassadas por relações de poder e representações sociais, os quais podem se tornarem obstáculos à construção de valores da proposta do Futebol Callejero. Dentre as possibilidades de relações de poder que perpassam o esporte, em especial o futebol, podemos destacar o marcador de gênero. Dunning e Elias (1992) destacam que o futebol ainda é uma das últimas áreas reservadas aos homens, por permitir a manifestação de comportamentos relacionados a uma masculinidade hegemônica, tais como a agressividade, a virilidade, a força, a relação com o álcool, com a violência, dentre outros.

O futebol como um dos últimos redutos de reserva masculina tem-se mostrado relativamente impermeável às investidas de mulheres. Prova disso é o fato do termo futebol referir-se sempre à sua versão jogada pelos homens, enquanto a sua apropriação pelas mulheres recebe conotação pejorativa e abjeta, exigindo o emprego da expressão “futebol feminino” que tende a desqualificar essa prática e lançá-la numa espécie de porão do futebol tido como legítimo.

Ao indagar sobre a plausibilidade das argumentações que sustentam tal hierarquização entre o futebol e o dito futebol feminino, Rial (2012) defende que o futebol deve ser entendido como manifestação singular, cabendo, caso necessário, a designação de seus praticantes, resultando em expressões como futebol de homens ou praticado por homens e futebol de mulheres ou praticado por mulheres.

Pautada por essa mesma lógica, a autora nos provoca ainda a refletir sobre os reais argumentos que sustentariam a separação entre homens e mulheres nas competições esportivas e, para intrigar ainda mais o leitor apresenta, a título de ilustração, o fato do Barcelona F. C., ser reconhecido já há alguns anos como uma das melhores equipes do mundo entre os homens e, ao mesmo tempo, possuir o elenco com menor média de estatura entre os clubes das ligas da elite europeia, desconstruindo a lógica da supremacia masculina respaldada pelos atributos anátomo fisiológicos.

O Neymar está aí para mostrar isso. Tantos jogadores, como o Zico e o Messi, mostram que nem todo mundo precisa ter um corpão de zagueiro. E talvez até existam mulheres muito fortes que possam ser zagueiros. Acho que não é pela questão física. Esses discursos se constroem utilizando a questão física como um alibi, mas as razões, sabemos, são outras. Como foram outras na segregação racial (RIAL, 2012, s/p).

Pois bem, partindo desse cenário, poderíamos assumir que meninos e meninas jogando juntos no Futebol Callejero (FC) representaria um ensaio para a aludida democracia de gênero no futebol preconizada por Carmen Rial? Compreendemos que o FC representa um movimento de vanguarda, que muito avança nesse campo, conquanto sejamos obrigados a reconhecer que tal contexto mereça ser problematizado. Nesse sentido, construir uma proposta de futebol que seja cooperativa, solidária e protagonizada por jovens mulheres e homens necessita da compreensão e atenção a esse cenário, condições sem as quais é impossível transpô-lo.

As considerações de Rial (2012) demonstram como o campo esportivo é perpassado por marcadores sociais. Dentre eles o gênero, que faz com que elas não apenas refletem as desigualdades e diferenciações da sociedade em geral, mas, fundamentalmente, as produzem e reproduzem (GOELLNER, 2007). Ao refletir sobre gênero, ancorados em Goellner (2010), salientamos:

[...] entende-se a condição social por meio da qual nos identificamos como masculinos e femininos. (...) O gênero, portanto, não é algo que está dado, mas é construído social e culturalmente e envolve um conjunto de processos que vão marcando os corpos, a partir daquilo que se identifica ser masculino/feminino. Em outras palavras, o corpo é generificado, o que implica dizer que as marcas de gênero se inscrevem nele (p. 75).

Ao abordarmos a generificação do campo esportivo, nos referimos à forma pela qual sua estrutura e valores “refletem concepções dominantes de masculinidade e feminilidade. Os esportes organizados são também uma “instituição generificadora” – uma instituição que ajuda a construir a ordem de gênero corrente” (MESSNER, 1992 *apud* SOUZA; ALTMANN, 1999, p. 58). Ao compreender o futebol como uma prática generificada e, portanto, que se constitui e reproduz uma masculinidade hegemônica, com valores como a virilidade e agressividade, notamos que essa instituição contraria os pilares proposto pelo FC. Nesse sentido, observar o comportamento de gênero é também observar a efetividade da mudança de valores na prática do futebol pelo FC.



Compreendendo o gênero enquanto uma relação – entre feminino e masculino, por exemplo –, a confluência dele com outros marcadores conforma o que foi chamado por Altmann (1998) de “emaranhado de exclusões”. Marcadores estes, construídos culturalmente em nossos corpos, como a força, a habilidade, ou mesmo – pela relevância no caso dos esportes coletivos com interação entre adversários¹, como é o caso do futebol – a competência tático-técnica, que confeririam maior dificuldade às meninas e, por conseguinte, as descredenciaria a circular pelo campo esportivo. O caráter relacional do gênero também nos ajuda a compreender a relação desse marcador com as dinâmicas de poder e exclusão propiciadas por ele. Por isso, construir uma prática cooperativa, solidária e integradora, tal como prega o FC, implica, em primeiro lugar, transgredir e desconstruir os estereótipos de gênero presentes na prática esportiva.

Assim como ressalta Souza e Altmann (1999, p. 59) compreendemos que as mulheres não são vítimas de uma exclusão masculina. “Vitimá-las significaria coisificá-las, ‘aprisioná-las pelo poder’”. Por isso, acreditamos que cabe a elas o protagonismo para transgredir tais relações de poder e de gênero, tarefa a qual seria possível por meio da construção dos pilares do FC. Nesse sentido, o olhar à forma pela qual as meninas negociam com as relações de poder e de gênero e as transgridem e as desconstruem será nosso objeto de discussão a seguir.

GÊNERO E PROTAGONISMO JUVENIL: O RELATO DAS MENINAS QUE SE TORNARAM LIDERANÇAS JUVENIS E PROTAGONISTAS NO FC

Na contraposição das possibilidades expressas pelos dois mundos esportivos, respectivamente para o feminino e masculino – cooperação/competição, sensibilidade/racionalidade, criatividade/productividade [agressividade/delicadeza] – evidenciam-se os pólos que o esporte, como praticado nas escolas, não deixa, por enquanto, conciliar (KUNZ, 1993, p. 118 *apud* SOUZA; ALTMAN, 1999, p. 59).

As palavras de Maria do Carmo Saraiva Kunz (1993) expressam valores que, à primeira vista, não caberia ao universo esportivo. No entanto, este cenário pode apresentar-se no Futebol Callejero. Isso porque sua proposta tem potencial para que os valores relacionados à masculinidade hegemônica perdessem espaço, cedendo-o para valores democráticos e

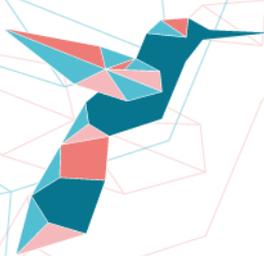
¹ Para saber mais sobre essa categorização dos esportes pelos critérios de colaboração e oposição, consultar as publicações sobre praxiologia motriz de Pierre Parlebas e outros autores que compartilham desse referencial.



humanos. Nesse sentido, como contraposição discursiva a uma visão de esporte generificada, o FC pode possibilitar um espaço para observar inversões nessas relações de gênero. Por isso, neste item, nos focaremos em dar visibilidade à presença de mulheres do FC, buscando demonstrar a relação entre os pilares da prática do FC e o gênero podem se articular em narrativas de mulheres que se encontraram com a experiência e se recriam a partir delas.

A primeira narrativa é de uma garota que fazia parte da equipe que representava o Equador. Quando perguntada como era a relação entre gêneros nas partidas do futebol callejero, a menina respondeu: “há igualdade entre os competidores. Participamos por igual, homens e mulheres, porque ambos somos pessoas”. Sobre a possibilidade de criar regras que possibilitassem a inclusão, a jogadora afirmou que “há regras, porque somos nós mesmos que as criamos, não há árbitro, somente os mediadores. Colocamos regras como, quando um menino enfrenta uma menina não se deve bater muito ‘duro’”. Percebe-se nessa narrativa que, para a integrante do Equador, o cumprimento dos valores que sustentam o FC, a cooperação, solidariedade e o respeito, traz intrinsecamente a desconstrução de discriminações de gênero. A compreensão desses valores por parte dos integrantes do FC faz com que criem suas regras para respeitar as diferenças, como não machucar as mulheres.

Esta visão que articula a solidariedade e cooperação ao respeito às diferenças a partir da ideia de que “somos todas pessoas” pode ser compreendida à luz das discussões sobre cidadania empreendidas por Evelina Dagnino. Para ela, a concepção de cidadania emergida nos anos 1980 no Brasil, baseava-se em alguns princípios fundamentais, como a noção de direito a ter direitos e de autonomia. Tais noções articuladas representavam o próprio conteúdo do que é reivindicado é construído coletivamente pelos sujeitos políticos dessa cidadania, de modo que “a própria determinação do significado de “direito” e a afirmação de algum valor ou ideal como um direito são, em si mesmas, objetos de luta política” (DAGNINO, 2002, p. 104). Além disso, outro valor importante dessa concepção de cidadania é a articulação entre igualdade e diferença, de modo que o respeito a essa segunda “especifica, amplia e aprofunda” o próprio direito à igualdade (DAGNINO, 2002, p. 104). Isso porque a diferença não emerge como um campo de privilégio ou de discriminação. Pelo contrário, “a afirmação da diferença está sempre ligada à reivindicação de que ela possa simplesmente existir como tal, o direito de que ela possa ser vivida sem que isso signifique, sem que tenha como consequência, o tratamento desigual, a discriminação” (DAGNINO, 1994, p. 113).



Outra narrativa é de Helena, integrante de uma das equipes que representou a Argentina, e que participa do projeto de FC há sete anos. Segundo ela, quando perguntada sobre a relação entre gêneros no FC, afirmou que “não tem discriminação, porque o FC tem integração, para que as meninas se sintam parte da equipe. É um processo, a princípio, tem alguma, mas depois quando os meninos vão entendendo que a menina tem igual valor, e assim vai se transmitindo esses valores. O tema da integração é importante, sem importar tamanho, sexo, idade”.

Outra narrativa que chama atenção é a de Juliana, participante do projeto de São Leopoldo, Rio Grande do Sul, que demonstra a importância da participação no Futebol Callejero para sua vida. Além de viver em situação de vulnerabilidade, foi a partir desse projeto que a garota começou a tomar as rédeas de sua vida, aprendeu a cooperar, a argumentar e a defender seus direitos. Segundo Juliana, o “projeto (FC) é uma família”, com quem a integrante diz ter aprendido muitas coisas, sobretudo que “a gente às vezes está acostumado a ganhar e não a perder. Perdemos o parceiro Marcelo, que foi assassinado no começo deste ano, que fazia o projeto conosco, e era para estar com a gente hoje. Ganhar ou perder, é assim na vida. A gente está acostumado a ganhar, mas na vida a gente perde, e fica frustrado”. Já há muitos anos como participante do projeto, ela ocupa o papel de liderança em seu polo. Nessa narrativa de superação e de generosidade com FC, entretanto, a prática do futebol em si, não aparece como um elemento de construção de outras relações de gênero. Apenas o protagonismo juvenil possibilitado por ela.

AMBIGUIDADE DE DISCURSOS: REGRAS ADAPTADAS PARA A INCLUSÃO DAS MENINAS OU REGRAS COMUNS PARA REAFIRMAÇÃO DE VALORES DE EQUIDADE DE GÊNERO?

Sobre a existência de regras específicas para a inclusão de gênero, Helena afirmou que “quando começou [o projeto], como parte do processo, colocaram que o gol da mulher valia dois, mas com o tempo, percebemos que não deveria valer. Depois não precisou, porque é para integrar. Por que tem que valer dois? O gol da mulher deveria valer um também, porque nossa diferença tem que ser respeitada, não pode ser uma obrigação”. Segundo ela, essas regras serviam para que motivassem mais a participação e a integração ao jogo.

A mediadora Estela, do Paraguai, em entrevista logo após a mediação do primeiro tempo do jogo entre Brasil e Uruguai, assume o mesmo ponto de vista de Helena, ao ser



indagada se as equipes haviam proposto alguma regra que favorecesse a participação das meninas: “antes, quando o projeto recém começava a gente sempre punha isso, mas agora as meninas já são iguais, elas já não gostam de vantagem pra elas”.

Os discursos de Helena e Estela vão ao encontro da fala dos organizadores do FC, aqui do Brasil, que afirmam que regras como essa, de o gol realizado por menina valer mais, não contribuem para o fortalecimento dos pilares de solidariedade e respeito, de modo que a participação das meninas deveria ser fruto do atendimento aos pilares do FC e não uma imposição de regras – ainda que seja uma imposição a presença delas em campo. O que, no entanto, a fala de Helena demonstra é que a adesão a essa ideia não é imediata, fazendo parte de um processo, dentro do qual a regra “discriminatória” teria sido necessária. Isso nos mostra a riqueza do processo real, em que, mesmo com os promotores da atividade discordando, ela acaba ocorrendo e, depois, sendo problematizada e transformada.

Um episódio ilustrativo para retratar a complexidade de significados constantemente em negociação pelos protagonistas no processo de construção das relações de gênero a partir do FC, pode ser observado no jogo do Mundial de Futebol de Rua entre Chile e Serra Leoa:

No jogo entre Serra Leoa e Chile, ficou evidente que as meninas da equipe de Serra Leoa pouco participavam da partida, não sendo acionadas por seus companheiros mesmo quando estavam desmarcadas em situações favoráveis para marcar o gol. Em um dos lances do jogo essa situação ficou tão patente que o narrador criticou o jogador que tentou o drible e perdeu a bola, não tocando para a garota que estava livre de marcação próxima ao gol adversário. Por outro lado, foi possível constatar que as duas meninas da equipe apresentavam dificuldades de domínio e controle de bola, conforme observado no mesmo lance [...] Além disso, outros lances observados no jogo indicam que essas meninas tinham dificuldades em aproveitar a posse de bola, mesmo nos raros momentos em que bolas espirradas se ofereciam para elas. [...] No terceiro tempo do jogo, ao serem indagados pela mediadora, se as equipes deveriam receber os pontos referentes aos valores de respeito, cooperação e solidariedade, um menino e uma menina da equipe de Serra Leoa tiveram uma discussão, pois a menina acusara os meninos da equipe de passarem a bola somente entre eles, não tocando-a para as duas meninas, o menino procurou desconversar, sugerindo que não teria havido tal exclusão das meninas (DC, Serra Leoa X Chile, 10/07/2014).

Ao analisarmos tal excerto do diário de campo, é preciso tomar as jogadas e os discursos como fenômenos complexos, que precisam ser compreendidos em sua pluralidade de significados. Não passar a bola para as meninas não pode simplesmente ser avaliado como um posicionamento machista e excludente daqueles meninos, na medida em que a postura pouco participativa e pouco produtiva das meninas, do ponto de vista tático-técnico do jogo,



acaba por dotar tal decisão dos meninos de uma relativa eficácia simbólica, pensando exclusivamente no resultado da ação em relação ao score da partida.

Em contrapartida, levando-se em consideração os pressupostos metodológicos do FC, pautados por valores inclusivos, cooperativos e solidários, podemos condenar e avaliar negativamente tais atitudes dos meninos de Serra Leoa, bem como reivindicar, juntamente com o discurso da garota que se sentiu excluída, condições mais dignas para a participação das meninas no jogo.

Partindo desses pressupostos, cabe indagar: quais seriam as condições exigidas para se promover a inclusão das meninas no FC, propiciando que as mesmas tenham seu “direito ao jogo” garantido e respeitado?

Essa reflexão é importante, na medida em que o que torna o esporte um elemento importante na conformação das relações de gênero se remete ao fato de ser fundamentalmente representado pelo corpo. Corpo este que é educado continuamente, conformando formas de ser, comportar-se, gostos, identidades (GOELLNER, 2010, p. 74). Nesse sentido, também não há uma forma de educar e construir o corpo. Goellner (2010) destacou que quando falamos do processo dessa educação, devemos nos referir aos corpos, jovens, idosos, masculinos, femininos, infantis, brasileiros, estrangeiros, homossexuais, esportivos, sedentários, doentes, dentre muitos outros. Tais marcas se inscrevem nos corpos e conformam a construção cultural dos mesmos. Dentre elas, podemos destacar o gênero, que conforma a identidade do sujeito.

De acordo com a autora, um processo de educação dos corpos democrático não deve considerar que existem práticas que sejam identificadas apenas com um dos gêneros. Devemos democratiza-las e desconstruir os estereótipos presentes nas representações sociais das mesmas. Contudo, deve-se reconhecer também que às meninas é historicamente destinado menos espaços e tempos de lazer, se comparado aos meninos – o que exige que um programa de democratização ao acesso ao esporte e lazer se preocupe com o planejamento a inclusão, a permanência e autonomia das mesmas nas práticas. Se existem diferenças de habilidades e de competência tático-técnica de jogo entre meninos e meninas, essas “resultam não de uma anatomia distinta, mas, sobretudo, de vivências e experiências de movimento diferenciadas desde o nascimento. Razão pela qual devem ser elaboradas estratégias, a fim de incrementar a participação daqueles/as considerados/as menos habilidosos/as para o esporte” (GOELLNER, 2010, p. 81). As meninas são menos incentivadas que os meninos a participarem das práticas esportivas. Motivo pelo qual deve se buscar reforçar a presença das mesmas nas atividades



esportivas, ressaltando a sua performance, ofertando atividades, valorizando a participação delas, “criando estratégias para que elas se sintam desafiadas a permanecer nesse espaço e nele desenvolver suas potencialidades” (GOELLNER, 2010, p. 82).

Nesse sentido, quando nos referimos ao direito ao jogo, estamos propondo uma participação efetiva das meninas nas partidas e não apenas na condição de uma cotista de uma política de ações afirmativas de equidade de gênero. Não pretendemos de forma alguma negar ou desqualificar qualquer política de ações afirmativas, muito pelo contrário. Contudo, entendemos que se faz necessária a adoção de mecanismos que qualifiquem e que democratizem a participação das meninas no FC.

Tais mecanismos poderiam ser representados pela alteração de regras no sentido de promover uma relativa equiparação das competências tático-técnicas do jogo? Acreditamos que eventualmente sim, inclusive para facilitar a participação daquelas meninas com experiências reduzidas com o futebol em suas histórias de vida, cabendo a ressalva de que meninos também podem se encontrar nessas condições, merecendo o mesmo tratamento. Contudo, é preciso muita cautela para não transformar tais mecanismos de inclusão em alterações que descaracterizam o jogo de futebol, retirando dele elementos que garantem a fluidez de sua própria “natureza lúdica”.

Andressa, mediadora da Unisinos em São Leopoldo no Rio Grande do Sul, que também atuou como mediadora em uma série de partidas do Mundial de Futebol de Rua, relata que em um dos jogos os participantes acordaram que a bola deveria passar por todos do time para que valesse o gol, objetivando, segundo ela, prestigiar as meninas. Ela identificou que a regra iria prejudicar o andamento do jogo, mas seguindo os pressupostos de não se posicionar no decorrer da mediação: “... eu deixei rolar. Eu sabia que não ia dar certo, mas eu deixei porque tem hora que você precisa deixar para eles verem que essa regra não dá. Foi 0x0, tinha contra-ataque, tinha que voltar... ficou um jogo chato”.

É nesse sentido, que entendemos que a adaptação das regras até pode ter um potencial inclusivo, mas tais modificações precisam ser amplamente refletidas nos acordos estabelecidos durante o primeiro tempo, para não correr o risco de implicar em situações como essa narrada por Andressa, que além de tornar o jogo desinteressante, pouco contribui para a inclusão efetiva daquelas ou daqueles que supostamente teriam uma participação limitada com as regras convencionais.



Além disso, retomando a argumentação de Souza e Altmann (1999), compreendemos que a alteração acrítica de regras do futebol com o suposto pretexto de inclusão das meninas implicaria em vitimizá-las e fragilizá-las, distanciando-as da figura de lideranças e protagonistas desejada pelos princípios que orientam o FC. É nesse sentido que cabe uma problematização, reflexão e discussão amplas sobre os sentidos e significados articulados às modificações das regras, balizada pelo princípio básico de garantias de direito ao jogo a todos os participantes, rompendo inclusive as fronteiras do marcador de gênero.

A PEDAGOGIA DO ESPORTE COMO ALTERNATIVA PARA A GARANTIA DO DIREITO AO JOGO NO FÚTBOL CALLEJERO

Alterações como a criação de zonas interditas a certos jogadores, limitação de número de toques na bola para certos jogadores ou limitação de jogo com a perna dominante para os mais habilidosos, dentre outras possibilidades, tendem a favorecer a inclusão dos menos experiências, sem comprometer significativamente a lógica interna do futebol.

Em outra fala de sua entrevista, Andressa esclarece que o projeto da Unisinos adota o futebol como prática, na medida em que ensina os fundamentos técnicos e táticos da modalidade que, segundo ela, são essenciais para que os jovens possam praticar o FC: “eles não vão deixar de aprender os fundamentos técnicos, os fundamentos táticos... pra jogar Fútbol Callejero eles tem que saber jogar futebol”.

Alinhados à fala de Andressa, pensamos que o passo seguinte à reflexão crítica sobre a adequação das regras no sentido de garantir o direito ao jogo para todos os participantes do fútbol callejero, refere-se à garantia de um ensino de qualidade no que tange aos aspectos tático-técnicos do futebol, pautado pelos pressupostos da pedagogia do esporte.

A pedagogia do esporte fundamenta o ensino pautada pelo conceito de que os Jogos Esportivos Coletivos (JECs) possuem características estruturais semelhantes, devendo ser ensinados enquanto unidade, a fim da valorização de decisões individuais e coletivas, não de forma fragmentada ou centrada na repetição do gestual técnico. A natureza tática provinda de uma leitura de jogo dos JECs, favorece a tomada de decisões quanto ao que fazer, qual a melhor atividade a desenvolver, demandando assim que seu ensino seja conduzido por unidades estruturais do jogo, contrapondo-se aos exercícios analíticos dos fundamentos técnicos.



Segundo Garganta e Pinto (1994), essas características dos JECs apresentam um potencial formativo-educativo do futebol que fica comprometido quando não pedagogizado, pois esse movimento promoveria a inclusão dos alunos, em seus mais diversos níveis, ao promover a cooperação e a inteligência, não reforçando as desigualdades relacionadas às diferentes competências de jogo adquiridas de forma espontânea. Desta forma, transformar o futebol num espaço democrático de colaboração, cooperação e prazer, passaria também por ensiná-lo aos alunos.

Tomando, portanto, como pressuposto metodológico o ensino centrado na lógica tática, faz-se importante orientar o processo de ensino a partir da observação da competência de jogo dos alunos, sendo daí retirados os problemas táticos que irão ditar os objetivos das aulas, que ao invés de serem expressos a partir dos fundamentos técnicos tais como “melhorar o passe” ou “desenvolver diferentes tipos chute a gol” (ligados ao como fazer); passarão a centrar-se nas situações de jogo, como “manter a posse de bola” ou “criar situações de finalização” (centrados no ‘o que fazer’).

Nesse caso, a proposta de ensino-aprendizagem-treinamento do esporte é intrinsecamente calcada num apelo à inteligência e à cooperação, fazendo com que o jogo de futebol seja valorizado enquanto um jogo de resolução de problemas coletivamente, ao qual sozinho não se joga (GARGANTA; PINTO, 1994). Nesse sentido, segundo Garganta e Pinto (1994), a partir dessa abordagem, consegue-se explorar o real potencial educativo do futebol, o qual ficaria comprometido quando sua prática é restrita ao “rachão”, isto é, a uma prática livre e descomprometida, que só reforçaria o que já se sabe e os obstáculos ao que não se sabe. Além disso, trabalhando a partir dos problemas táticos e da resolução dos mesmos coletivamente, estamos educando alunos do futebol para uma formação humanista, calcada na criatividade, no desenvolvimento de um potencial pessoal e que reivindica fundamentalmente a liberdade, pressuposto para a criação de um pensamento crítico (GRECO; BENDA, 1998). Valores estes de formação que harmonizam-se com a ideia de solidariedade, cooperação e respeito pregadas pelo FC, coerentes assim com a utilização e educação para o futebol e pelo o futebol para a construção de outras práticas sociais mais humanas e democráticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos conseguir atender à cooperação, solidariedade e respeito implica uma ‘desgenerificação’ do futebol, o que acontece como um processo não sem complicações. No



entanto, considerando que as vertentes da metodologia FC e a PE, são formas de relacionar o futebol com elementos de inclusão, solidariedade e cooperação, neste estudo propomos a discussão de como o entrelaçar das perspectivas, pode contribuir no tocante as experiências agregadoras aos jovens que praticam futebol, no viés da democratização da aprendizagem significativa, ainda mais como meio para amenizar as diferenças culturais alavancadas pela generificação do futebol. Dialogando essas duas perspectivas de aprender e jogar o futebol, conseguiríamos conquistar com os jovens uma formação cidadã numa arena política mais ampla, que combinaria a integração ao mundo da cultura corporal de movimento – necessária para o exercício do lazer enquanto um direito – e uma formação política pautada na participação e na defesa de seus direitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTMANN, H. “Rompendo fronteiras de gênero: Marias (e) homens na educação física”. Dissertação de mestrado em educação. Belo Horizonte: UFMG, 1998, 111p.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 36ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

DAGNINO, E. Os Movimentos Sociais e a Emergência de uma Nova Noção de Cidadania. In: DAGNINO, E. (org.), *Os Anos 90: Política e Sociedade no Brasil*. S.Paulo: Editora Brasiliense, 1994, p.103-115.

DAGNINO, E. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, D. (org.). *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004, p. 95-110.

ELIAS, N. DUNNING, E. *A busca da excitação*. Lisboa: Difel, 1992.

GRECO, J. P. BENDA, R. *Iniciação Esportiva Universal*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1998.

RIAL, C. Entrevista Ludopédio. Parte 2. 30 nov. 2012. Disponível em: < <http://www.ludopedio.com.br/rc/index.php/entrevistas/artigo/1207> > Acesso em 21 mar. 2015.

GARGANTA, J.; PINTO, J. O ensino do futebol. In: A. Graça e J. Oliveira (Ed.). *O ensino dos jogos desportivos*. Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física da Universidade do Porto: Rainho & Neves Lda, v.1, 1994, p.95- 136.

GOELLNER, S. V. *Feminismos, mulheres e esportes: questões epistemológicas sobre o fazer historiográfico*. *Movimento* (Porto Alegre), v. 13, p. 171-196, 2007.



**XIX
CONBRACE**
VI CONICE
08 a 13 de setembro de 2015
VITÓRIA-ES

TERRITORIALIDADE E DIVERSIDADE
REGIONAL NO BRASIL E AMÉRICA LATINA:
SUAS CONEXÕES COM A EDUCAÇÃO
FÍSICA E CIÊNCIAS DO ESPORTE

GOELLNER, S. V. A educação dos corpos, dos gêneros e das sexualidade e o reconhecimento da diversidade. *Cadernos de Formação RBCE*, v. 1, p. 71-83, 2010.

SOUSA, E.S ;ALTMANN, H. Meninos e meninas: expectativas corporais e implicações na educação física escolar. *Cadernos CEDES (Impresso)*, v. 19, n.48, p. 52-68, 1999.

ROSSINI, L. et. al. *Fútbol Callejero: juventud, liderazgo y participación: trayectorias juveniles em organizaciones sociales de América Latina*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: FUDE, 2012.

When girls take the streets: gender relations on street football

ABSTRACT

This article aims to describe methodology Fútbol Callejero, which emerged in Argentina in 2001, based on principles of solidarity, cooperation and respect, analyzing it from the bias of gender relations in the speeches of its participants and organizers and interactions between boys and girls during their matches. Thus, we performed open individual and group interviews with athletes, organizers and mediators in the I World Street Football Championship, held in São Paulo in July 2014. We consider successfully meeting on cooperation, solidarity and respect implies a 'disgenderfication' the football, what happens as a process not without complications.

KEYWORDS: Street football; gender; dialogue

Cuando las chicas toman las calles: relaciones de genero en el fútbol callejero

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo describir la metodología de Fútbol Callejero, que surgió en Argentina en 2001, basado en principios de solidaridad, cooperación y respeto, analizándolo desde el sesgo de estas relaciones de género en los discursos de sus participantes y organizadores y las interacciones entre los niños y niñas durante sus partidos. Por lo tanto, hemos realizado entrevistas individuales y grupales abiertas con los atletas, organizadores y mediadores en la calle I Mundial de Fútbol, celebrado en São Paulo en julio de 2014. Consideramos que el cumplimiento con éxito en la cooperación, la solidaridad y el respeto implica una 'desgenerificación' la el fútbol, lo que ocurre como un proceso, no sin complicaciones.

PALABRAS CLAVES: fútbol callejero; género; dialogo.